

Revista Sanear

Uma publicação da Aesbe - Ano II • nº 2 • Março/2008

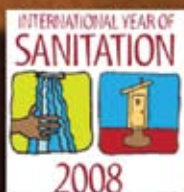


2008 é o Ano Internacional do Saneamento

Entrevista com a Ministra Dilma Rousseff

**Os desafios do Saneamento na
América Latina e no Mundo**

**O primeiro aniversário da Lei do Saneamento
Balanço das conquistas e desafios**



**Veja também nesta edição
Artigos | Comentários | Entrevistas**

Sumário

| | |
|---|----|
| Artigo: Paulo Hartung A resposta estadual | 4 |
| Ano Internacional do Saneamento | 6 |
| Artigo: Benedito Braga | 9 |
| América Latina define metas neste Ano do Saneamento | 10 |
| Um Ano da Lei de Saneamento | 12 |
| Artigo: Newton Azevedo | 14 |
| Artigo: Yves Besse | 15 |
| Notas: Companhias Estaduais | 16 |
| Entrevista com a Ministra Dilma Rousseff | 18 |
| O PAC e as Companhias de Saneamento Básico | 21 |
| Na visão da Aesbe, eliminador de ar não é solução | 22 |
| Aesbe Socioambiental | 24 |
| Companhias em foco: CAER | 26 |
| Companhias em foco: Compesa | 28 |
| Companhias em foco: Embasa | 33 |
| Saneamento.com | 34 |

Carta Aberta

Dois eventos ocorridos recentemente mostraram que 2007 foi um ano significativo para o saneamento. Depois de 20 anos de discussões, foi finalmente sancionada a Lei do Saneamento, a nº 11.445, complementada pelo PAC Saneamento, com a mobilização de substanciais recursos para o setor.

A lei ainda está em processo de reflexão e análise. É um documento complexo, requerendo a participação intensa de entes estaduais e municipais no planejamento, gestão e regulação dos serviços. Se não foi uma lei que agradasse a todos, é um instrumento importante para construir, em bases mais sólidas, um arcabouço institucional e regulatório para o saneamento.

O PAC, por sua vez, veio em um momento oportuno. Criou condições para a mobilização de recursos federais, estaduais e municipais e, complementarmente, está servindo para testar a aplicabilidade da Lei do Saneamento. Talvez por requerer agilidade nas suas ações, pois há muito o setor reclama do excesso de burocracia e a demora na seleção e contratação dos projetos, o PAC inovou e adotou procedimentos simplificados na seleção dos projetos, sem exigências descabidas e privilegiando a participação dos Estados e Municípios.

A continuidade do processo de contratação dos investimentos deve ser aprimorada, simplificando os critérios e agilizando os procedimentos, atualmente adotados pelos órgãos federais nos financiamentos dos empreendimentos, na linha propugnada por diversas entidades do setor.

Superada a fase de embates pela legislação do setor, a Aesbe vê com otimismo o futuro do saneamento, reconhecendo os esforços dos Governos Federal, Estaduais e das Companhias de Saneamento Associadas, para se adequarem aos dispositivos da nova lei, além de atenderem aos procedimentos para acesso aos recursos do PAC. As preocupações da Associação vão, agora, para além dos 4 anos futuros, quando se encerra o Programa de Aceleração do Crescimento.

A pergunta que se faz é se voltaremos a conviver com os recursos limitados e insuficientes para o setor, agora que todos sabem ser perfeitamente possível mobilizar recursos que, seguramente, contribuem para que todos os brasileiros tenham acesso em suas casas de saneamento, com qualidade e a preços justos.

Paulo Ruy Valim Carnelli | Presidente da Aesbe



Foto: Arquivo Cesan

Fórum dos leitores



Prezado editor,

Quero festejar o lançamento da 1ª edição da revista Sanear. (...) A água é um tema imprescindível à conjuntura vivida pelo Brasil dos dias de hoje. (...) Hoje, conseguimos uma importante vitória: o marco regulatório para o setor de saneamento. O desafio, agora, está em implantar, ecoar e disseminar boas práticas de gestão, políticas e de preservação. Por isso, a Revista Sanear preenche uma importante lacuna na luta pelo saneamento no Brasil. Desejo sorte nesta empreitada. Atenciosamente,

Arnaldo Jardim

Vice-líder do PPS na Câmara Federal e integrante da Frente Ambientalista
Brasília, 27/11/2007

cartas para: revistasanear@aesbe.org.br

Editorial

Foto: Odair Faria



Nesta segunda edição da Revista Sanear a Aesbe e suas 24 associadas destacam as principais ações do Governo Federal e dos Estados, através das Cias de Saneamento básico. O Ano Internacional do Saneamento (AIS) e as implicações dessa mobilização, de âmbito internacional, para os operadores do saneamento em nosso País, as ações do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, com os reflexos e as mudanças no setor, e ainda uma entrevista com a ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. A ministra fala com exclusividade para a revista e anuncia o projeto de revitalização das prestadoras dos serviços de saneamento. Merece destaque, também, a análise de um ano da Lei de Saneamento, além de um panorama geral dos trabalhos e prêmios das associadas, a troca de experiências e perspectivas para o futuro, artigos e opiniões diversas, ao longo das próximas páginas.

A Aesbe

Aesbe – Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais é uma entidade civil sem fins lucrativos, que representa as Companhias Estaduais de Saneamento Básico. As suas Associadas atuam em 3.943 municípios brasileiros e atendem cerca de 76 % da população urbana brasileira em abastecimento de água. A entidade foi fundada em 1985 e tem sua sede localizada no Distrito Federal.

Dentre os objetivos da AESBE destacam-se o de zelar pelo interesse de seus associados, representando-os em matéria de interesse comum; promover o contínuo aperfeiçoamento técnico de seus associados, mediante o intercâmbio de idéias e experiências; elaborar e divulgar estudos, trabalhos diversos; manter intercâmbio com associações congêneres nacionais e internacionais; colaborar com os seus associados em matérias diversas de interesse comum.

A AESBE desenvolve as suas atividades tendo por base os seguintes princípios básicos: atuação de forma independente e autônoma, sem ideologia política partidária, apoiando e sugerindo aperfeiçoamentos nas ações governamentais; defesa do modelo de gestão regional para o saneamento, que incorpora as vantagens da economia de escala e facilita a transferência de tecnologia; subsidia os seus associados na busca da excelência na gestão na universalização dos serviços; advoga a aplicação do subsídio cruzado entre sistemas superavitários e deficitários, de forma a eliminar a utilização de subsídios orçamentários na operação dos serviços.

Apoiada na legislação do setor, a Associação entende que os diversos arranjos institucionais possam ser feitos, visando a melhor gestão dos serviços, inclusive com a participação da iniciativa privada. Na implementação das ações do saneamento, a AESBE entende que a União deva ser a responsável pelas diretrizes federais do setor, cabendo aos Estados e Municípios a implementação e a regulação das ações, incluindo a edição do arcabouço legal complementar.



Expediente

Coordenação Editorial

Walder Suriani
aesbe@aesbe.org.br

Edição

Elza Pires de Campos (MT - 11.446/SP)
imprensa@aesbe.org.br

Produção e Reportagem

Elza Pires de Campos e
 Luciana Melo Costa (MT - 2492/DF)
comunicacao@aesbe.org.br

Revisão

Equipe Aesbe

Projeto Gráfico

Formatos Design Gráfico

Foto da capa

Odair Faria

Impressão

Gráfica Coronário

Tiragem

10.000 exemplares

Diretor-Presidente

Paulo Ruy Valim Carnelli (Cesan/ES)

Diretores Vice-Presidentes

Aberlardo de Oliveira Filho (Embasa/BA)
 Henrique Vieira Costa Lima (Cagece/CE)
 José Evandro Moreira (Caer/RR)
 Márcio Nunes (Copasa/MG)
 Wagner Granja Victor (Cedae/RJ)
 Walmor Paulo de Luca (Casan/SC)

Conselho Fiscal

Fernando Leite (Caesb/DF)
 Jessé Motta Carvalho Filho (Casal/AL)
 Nicomedes Domingos Borges (Saneago/GO)



A resposta estadual

Paulo Hartung

Governador do Estado do Espírito Santo

O Brasil experimenta um momento decisivo para a questão do saneamento. Isso porque há uma enorme demanda, cujo atendimento é mais que urgente; existem recursos para investimentos; e é chegada a hora de se definir e se implementar um modelo de gestão definitivo e resolutivo para o setor. Ou seja, a captação, o tratamento e a distribuição de água, bem como a coleta, o tratamento e a destinação adequada do esgoto em nosso País exigem um olhar atento, além de decisões lúcidas, para que recuperemos o tempo perdido e, principalmente, avancemos nessa área que é fundamental para a saúde e o meio ambiente, enfim, para a constituição da cidadania e da qualidade de vida entre nós.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), mais de 50% dos brasileiros não têm coleta de esgoto. O serviço alcança somente 47% da população, e do volume captado apenas 31% são tratados. Como se vê, o déficit no atendimento à população e na destinação correta do esgoto é colossal. Mas uma boa notícia é que há recursos financeiros para o setor, que conta, inclusive, com um capítulo especial do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal. Com o PAC do Saneamento, coloca-se uma oportunidade estratégica para enfrentarmos uma lastimável realidade que prejudica a maioria dos brasileiros e envergonha o País.

Outro fator que faz desse momento uma ocasião estratégica para o setor é a questão da efetiva implantação da Lei Federal nº 11.445, que estabeleceu as diretrizes nacionais e a política federal de saneamento básico. E esse é um ponto crucial. Durante o exercício do mandato como Senador da República, participei ativamente de debates acerca do tema. Foram intermináveis discussões e por isso saúdo a aprovação da Lei como um enorme avanço e uma significativa conquista.

O tempo de debates infrutíferos já passou. Agora é preciso que a lei se viabilize para além de decretos ou de medidas que redundem em protelações danosas para a população. Nesse sentido, defendo que as possíveis complementações necessárias e as regulamentações previstas à Lei 11.445/07 devam ser feitas por meio de legislação complementar estadual e municipal, permitindo que esses entes, na observância do espírito e das diretrizes da legislação federal, construam o entendimento necessário para superar as possíveis lacunas existentes no âmbito da lei.

Só agora concretamente encaminhada, a regulamentação do saneamento tem um histórico longo e complexo, indicando que o grave quadro estabelecido em nosso País é, em grande medida, resultante de anos e anos de indecisão e irresponsabilidade com um setor essencial à qualidade de vida. Resolver esse assunto é, pois, questão fundamental para avançarmos com segurança e efetividade.

Na década de 1970, foi criado Plano Nacional de Saneamento, o Planasa. Instituiu-se o modelo de prestação de serviços de saneamento básico por meio de empresas estaduais, permitindo-se um salto no abastecimento de água tratada – hoje, esse serviço alcança mais de 95% da população urbana do País. Em 1986, o Planasa foi extinto, sem que fosse substituído por outro modelo. A legislação que deveria regular o setor não evoluiu. A Constituição de 88 não equacionou o problema, ao não definir claramente a titularidade dos serviços nas regiões metropolitanas. Tudo isso acarretou dificuldades, principalmente para o financiamento do setor.

Nessa indefinição, aliada a um desfavorável cenário macroeconômico, existia uma rede de empresas estatais estaduais ainda em evolução e que foi atropelada pelo modelo municipal, que se mostrou frágil,

principalmente na atenção aos municípios menores, incapazes de prover investimentos apenas com a cobrança de tarifas. Houve deterioração desse quadro, com disputa de concessões em algumas unidades da Federação e com a redução da oferta de financiamento, notadamente ao esgotamento sanitário.

Em face da oportunidade criada pela edição da nova legislação nacional do saneamento, gostaria de registrar que devemos avançar em torno de uma estrutura regional para a administração dos serviços de saneamento básico. Com o sucesso da gestão da Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan), a partir de 2003, estou definitivamente convencido de que

o modelo de empresa estadual, através do ganho de escala e da possibilidade do subsídio cruzado, é o que melhor atende aos enormes desafios que encontramos no setor.

No caso do Espírito Santo, este modelo é com certeza o que oferece melhores possibilidades para cumprirmos as metas estabelecidas pelo nosso governo: universalizar o abastecimento de água tratada; duplicar, em curto prazo, a oferta de coleta e tratamento de esgoto, chegando a 60% até 2010; e estabelecer planos e projetos para universalizar também esse serviço.

Conscientes da importância do saneamento, priorizamos, desde o início da nossa primeira gestão, em 2003, o processo de reconstrução da Cesan. Uma empreitada gigantesca, pois a companhia esteve, por um longo período, submetida a usos não condizentes com a devoção absoluta ao interesse público, incluindo um processo tortuoso de privatização.

Após intensas negociações, em junho de 2003, conseguimos reverter a situação e resgatamos as ações da empresa que estavam penhoradas no BNDES como garantia de um empréstimo feito por go-



Foto: Odair Faria

O tratamento e a distribuição de água, bem como a coleta, o tratamento e a destinação adequada do esgoto em nosso País exigem um olhar atento, além de decisões lúcidas, para que recuperemos o tempo perdido e, principalmente, avancemos nessa área que é fundamental para a saúde e o meio ambiente, enfim, para a constituição da cidadania e da qualidade de vida entre nós.

vernos anteriores. Hoje, a empresa é apontada pela Caixa Econômica Federal e pelo BNDES, em suas rigorosas análises, como uma empresa saudável e com ótimas perspectivas de futuro.

Com uma gestão profissional, a empresa reencontrou o equilíbrio. Entre 2003 e 2006 foram feitos investimentos de R\$ 172 milhões, em seus sistemas de água e de esgoto, contra R\$ 69 milhões nos quatro anos da gestão anterior. Apenas em 2007, mais de R\$ 91 milhões foram investidos. Reestruturada, com capacidade de buscar financiamentos e com boa geração de recursos próprios, a Cesan planeja investir cerca de R\$ 370 milhões no período 2008-2010. Dos 78 municípios capixabas, a Cesan atende a 52, alcançando mais de dois milhões dos 3,4 milhões de habitantes e temos planos de ampliar essa participação.

Para complementar a estrutura do modelo estadual do saneamento básico, criamos a Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano, confirmando a prioridade ao saneamento e ampliando a área de atuação do Estado para todos os municípios. Os próximos passos incluem a elaboração do Plano Estratégico dessa secretaria e a implementação de uma nova Política Estadual de Saneamento.

Com uma demanda reprimida, que não pode mais esperar por atendimento, ao custo de vermos o nosso País manter-se atolado no subdesenvolvimento, com graves prejuízos à vida de milhões de brasileiros; com recursos e um plano de investimentos disponíveis para o setor; e com uma nova legislação em vias de implantação, o Brasil tem condições plenas de começar a enfrentar, de uma vez por todas, os urgentes desafios do saneamento básico. E nesse momento de decisão, o modelo de empresa estadual de saneamento oferece as melhores respostas. É o caso do Espírito Santo. Pode ser também o caso do Brasil.



Foto: Odair Faria

Ano Internacional do Saneamento

Um reforço para cumprir Metas do Milênio

A Organização das Nações Unidas (ONU) elegeu 2008 como o Ano Internacional do Saneamento como forma de alerta para o cumprimento dos Objetivos do Milênio para o saneamento. A Aesbe, consciente da importância do tema, está mobilizando suas associadas para que intensifiquem os esforços para cumprir essas metas e buscar, assim, a universalização dos serviços de água e esgoto em todo o País, em menor tempo possível.

O Brasil deve cumprir as Metas do Milênio com relação aos indicadores de abastecimento de água. Na coleta e tratamento de esgoto, entretanto, o caminho é longo. Um estudo de janeiro/2008, encomendado pela Associação Brasileira das Indústrias de Base – Abdib faz um alerta: cresceu o número de brasileiros pobres sem acesso aos serviços de esgotos.

Apesar da melhora proporcional em números absolutos, há mais pessoas hoje sem acesso aos serviços do que havia sete anos atrás. (ver quadro) A situação reflete décadas de investimentos insuficientes para construção de redes, ausência de marco regula-

tório que norteasse a criação de fontes e a aplicação dos recursos, aliado a um crescente adensamento urbano.

A legislação para o setor foi aprovada há um ano e o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, também lançado no ano passado, deve se somar às iniciativas para agilizar investimentos no setor. São caminhos que surgem para alterar um cenário pouco favorável da infra-estrutura de saneamento no País, onde sobressai negativamente a coleta e tratamento de esgotos, serviços mais distantes de universalização.

A estagnação do setor assim como o baixo fluxo de investimentos para o saneamento têm merecido destaque na mídia brasileira. Diversas entidades têm trabalhado o tema, como o estudo divulgado em final de 2007, realizado pela Fundação Getúlio Vargas e Instituto Trata Brasil. Esse estudo foi coordenado pelo economista Marcelo Néri, e conclui que o acesso à coleta e tratamento de esgoto no Brasil cresce 0,4% ao ano desde 1992, muito abaixo do necessário para reduzir o déficit de 53,2% no atendimento. Neste ritmo, segundo o professor Néri, o Brasil atingirá a meta de universalização dos serviços só em 2056, números que indicam o tamanho dos obstáculos a serem vencidos.

Infelizmente, a realidade brasileira não está muito distante dos números verificados no âmbito internacional.

Em setembro de 2000 uma cúpula de líderes de 189 países assinou, na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, a Declaração do Milênio, documento que selava um pacto para dar prioridade à erradicação da fome e da pobreza até 2015. Foram estabelecidos oito objetivos e 18 metas em áreas como renda, educação, saúde infantil e materna. Entre as dez principais metas do milênio, ou ODM, como vem sendo chamada, o saneamento básico dificilmente será cumprido no prazo previsto.

Na avaliação dos organizadores do movimento, o saneamento adequado está na base de melhorias no campo da saúde, da dignidade humana e do desenvolvimento. Um acesso mais amplo ao saneamento, em especial para pessoas mais pobres, é fundamental para que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sejam alcançados.

| Tem acesso a esgoto – Taxa | | |
|----------------------------|-------|-------|
| Estado | 1992 | 2006 |
| São Paulo | 75,93 | 84,24 |
| Distrito Federal | 73,26 | 79,85 |
| Minas Gerais | 55,44 | 73,43 |
| Rio de Janeiro | 52,07 | 60,24 |
| Espírito Santo | 39,92 | 55,33 |
| Paraná | 18,89 | 46,34 |
| Bahia | 14,98 | 38,50 |
| Pernambuco | 19,22 | 36,27 |
| Paraíba | 18,39 | 31,94 |
| Goiás | 27,75 | 31,50 |
| Sergipe | 19,89 | 31,00 |
| Acre | 24,69 | 28,31 |
| Ceará | 4,83 | 23,16 |
| Roraima | 0,66 | 17,43 |
| Rio Grande do Norte | 10,21 | 16,52 |
| Rio Grande do Sul | 12,25 | 14,77 |
| Mato Grosso | 13,21 | 12,43 |
| Mato Grosso do Sul | 4,55 | 11,78 |
| Santa Catarina | 6,13 | 10,54 |
| Maranhão | 7,45 | 9,44 |
| Tocantins | - | 9,14 |
| Alagoas | 6,51 | 7,60 |
| Amazonas | 16,41 | 3,97 |
| Pará | 1,96 | 3,95 |
| Piauí | 0 | 3,25 |
| Rondônia | 1,09 | 3,11 |
| Amapá | 1,30 | 1,42 |

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Metas do Milênio

1. Redução pela metade do déficit de saneamento utilizando como base o ano de 1999
Meta – 2015
No atual ritmo – 2056
2. Redução da pobreza pela metade
Meta – 2015
No atual ritmo – será alcançada
3. Redução pela metade do déficit em abastecimento de água
Meta – 2015
No atual ritmo – será alcançada

(Fonte Instituto Trata Brasil)

Em 1999 havia 90,95 milhões de pessoas sem acesso à coleta de esgoto (56,5%) Em 2006 havia 95,6 milhões de pessoas sem acesso à rede. O estudo da ABDIB conclui que a população mais pobre é também a mais excluída da prestação destes serviços.

(Fonte Análise Infra-estrutura. Estudo da Abdib – janeiro 2008)

Ano Internacional do Saneamento

Diretrizes para as Ações

1. Fomentar a consciência por compromissos de atores de todos os níveis (tanto dentro como fora do setor), quanto à importância de alcançar os ODMs na área de saneamento, incluindo saúde, igualdade de gêneros, educação, desenvolvimento sustentável, questões econômicas e ambientais. Esse trabalho deve ser realizado por meio de uma comunicação franca e construtiva, com o auxílio de dados de monitoramento representativos e evidências sólidas.
2. Mobilizar governos (do nacional ao local), alianças já existentes, instituições financeiras, fornecedores de serviços sanitários e as agências da ONU por meio de acordos ágeis e colaborativos sobre quem tomará as medidas necessárias imediatamente.
3. Garantir compromissos reais para a revisão, o desenvolvimento e a implementação de ações efetivas para expandir programas de saneamento e fortalecer políticas públicas na área, por meio de uma clara divisão de responsabilidades na implementação desse projeto, tanto em nível local como nacional.
4. Estimular soluções tradicionais, sustentáveis e com foco na demanda. Tomar decisões informadas, reconhecendo a importância de um trabalho que incentive a participação das comunidades e dos serviços de saúde locais.
5. Garantir financiamento significativo para implementar e sustentar avanços, por meio de compromissos nos orçamentos nacionais e das agências de desenvolvimento.
6. Desenvolver e reforçar a capacidade humana e institucional, reconhecendo, em todos os níveis, que o progresso em saneamento básico, tendo os ODMs como meta, envolve programas interligados de higiene, instalações domésticas e escolares (como pias e vasos sanitários), além da coleta, tratamento e reutilização ou disposição apropriada do esgoto. A mobilização da comunidade, o reconhecimento do papel central das mulheres, além de uma adequada integração entre software e hardware.
7. Melhorar a sustentabilidade, e portanto a efetividade das soluções de saneamento atualmente disponíveis. Melhorar igualmente os impactos sobre a saúde pública, além da aceitação social e cultural dessas soluções, sua aplicabilidade institucional e a proteção do ambiente e dos recursos naturais.
8. Promover e difundir estudos e pesquisas capazes de qualificar a base de conhecimento sobre saneamento, o que pode contribuir para a defesa de maiores investimentos no setor.



Calendário Internacional para 2008

Algumas atividades estão previstas para chamar a atenção do mundo sobre os números do saneamento:

- **AfricaSan** – A II Conferência Africana em Saneamento e Higiene, em fevereiro na África do Sul e deve reunir 250 ministros, parlamentares e representantes do Poder Público
- **Dia Mundial da Água**
– Em 22 de março, cujo tema será o Saneamento
- **Reunião da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável**
– No mês de maio em Nova Iorque
- **Semana Mundial da Água**
– Em agosto, Estocolmo
- **Exposição Zaragoza 2008**
– Na Espanha, o encontro Água para o desenvolvimento Sustentável, junho. Em agosto acontecerá uma conferência inter-regional também na Espanha

Para maiores informações
www.sanitationyear2008.org



Benedito Braga

O Ano Internacional do Saneamento: momento de reflexão

Benedito Braga

Diretor da Agência Nacional de Águas e
Vice-Presidente do World Water Council - WWC

A população mundial hoje chega à marca impressionante de 6 bilhões. O desenvolvimento tecnológico já possibilitou a visita de seres humanos ao nosso satélite natural, outros satélites artificiais permitem que nos comuniquemos instantaneamente de qualquer ponto do planeta e a engenharia genética nos traz a possibilidade de curar doenças julgadas incuráveis.

Neste mesmo planeta notamos hoje que 2,6 bilhões de pessoas, ou seja, aproximadamente 40% desta população, não têm acesso à rede de coleta e tratamento de esgotos. São 200 milhões de toneladas de dejetos humanos lançados anualmente em nossos rios e lagos. Como consequência, a cada 20 segundos uma criança morre em função de doenças de veiculação hídrica (diarréia, cólera, tifo, etc). Isto significa 1,5 milhões de crianças a cada ano.

Em função desta situação crítica, os países membros da Organização das Nações Unidas assinaram um acordo em Johannesburgo no ano 2000, as Metas do Milênio, onde se comprometiam a reduzir pela metade o número de pessoas sem acesso a água e saneamento até o ano 2015.

Este ano de 2008 representa o meio do caminho das Metas do Milênio de Johannesburgo. Em função das perspectivas negativas no cumprimento destas metas, a Organização das Nações Unidas declarou este ano de 2008 como o Ano Internacional do Saneamento.

A instituição encarregada de coordenar este movimento no âmbito do sistema das Nações Unidas é o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (UN-DESA) com a colaboração de outros organismos do sistema, incluindo UNICEF, OMS, UNHABITAT, UNEP, UNSGAB além de ONGs, setor privado e academia. De acordo com o UNDESA os objetivos do AIS (Ano Internacional do Saneamento) são: "aumentar a conscientização e comprometimento de todos os atores (dentro e fora do setor) sobre a importância de se atingir as metas do milênio; mobilizar governos, desde o nível nacional até o nível lo-

cal, instituições financeiras, provedores de serviços no sentido de melhorar o nível de atendimento; assegurar ações concretas no sentido de revisar, desenvolver e implementar ações no sentido de elevar o tema do saneamento na agenda política; trabalhar no sistema de baixo para cima envolvendo práticas e comunidades; desenvolver capacidade humana e institucional e aumentar a sustentabilidade e, conseqüentemente, a eficiência das soluções de saneamento existentes."

Nota-se que esta iniciativa é mais uma tentativa de motivar a classe política e tomadora de decisão de todo o mundo no sentido de cuidar deste tema com mais atenção. Isso significa implementar reformas legais e institucionais que possibilitem ações concretas no sentido de universalizar o acesso à água e saneamento no mundo. Cuidar do tema com mais atenção significa principalmente fazer os investimentos necessários para produzir os resultados a curto, médio e longo prazo.

Poucos países, entretanto, estão em posição de apresentar pelo menos uma redução de ¼ do número de pessoas sem acesso a saneamento neste ano de 2008. Nosso País, por exemplo, embora já praticamente tendo cumprido a meta de abastecimento de água, ainda deixa muito a desejar no item saneamento básico. De acordo com informações do PMSS (Programa de Modernização do Setor Saneamento) consolidadas a partir de dados do IBGE, no ano 2.000 53,9% da população brasileira não recebia atendimento de esgoto, ou seja, 91,5 milhões de pessoas não tinham acesso. Os indicadores de 2006 demonstram que não houve melhora expressiva: 43,6% da população continuam sem atendimento por rede de esgoto.

Um simples olhar para este cenário reforça a importância desta pausa em 2008, na metade do caminho em direção às metas. Para que os governos reflitam, sobretudo a respeito da capacidade possível, por exemplo, de financiar o acesso, melhorar a capacidade de assegurar qualidade e, finalmente, viabilizar a possibilidade de usar a água e devolvê-la em boas condições à natureza.

América Latina define metas neste Ano do Saneamento

Com atuação em 32 países das Américas e Caribe e 10.000 associados através de 24 Seções Nacionais, a Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental, **AIDIS**, é uma sociedade civil técnico-científica que atua há seis décadas no setor de saneamento. O atual presidente é o mexicano Adalberto Noyola. O engenheiro brasileiro Carlos Alberto Rosito é o presidente eleito para o biênio 2008 a 2010. Ele tomará posse durante o XXXI Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária marcado para 12 a 15 de outubro, em Santiago do Chile. A Aesbe e suas associadas acompanham de perto e integram várias atividades da **AIDIS**.

Fundada em abril de 1948, a entidade escolheu o ano de 2008, quando completa 60 anos de trabalhos no setor, para iniciar um programa de modernização e enfatizar dois grandes temas neste Ano Internacional do Saneamento: universalização da água e esgoto e resíduos sólidos na América Latina até 2025 e o cumprimento das Metas do Milênio que é, para o saneamento, a redução pela metade, até 2015, do déficit de saneamento verificado em 1990.

A **AIDIS** também coordena a iniciativa que a ONU quer implantar na América Latina, as WOP, espécies de redes para incrementar parcerias de serviços de água, ou seja, facilitar a troca de informações, treinamentos, em que as empresas mais capacita-

das possam ajudar suas co-irmãs menos desenvolvidas de outros países em busca de gestões mais eficientes nos serviços de água e esgoto.

É neste cenário que o novo presidente da **AIDIS**, Carlos Alberto Rosito, em parceria com equipe técnica da organização, trabalha em um plano decenal com o objetivo de modernizar, sobretudo no que se refere à comunicação interna e externa, a troca de experiências entre as associadas. “Contratamos, com o apoio da OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde, - uma consultora americana bastante credenciada - a Dra. Quincalee Brown, que está efetuando um levantamento da atual situação da **AIDIS** e apresentará um relatório com sugestões para a elaboração de um Plano Decenal. Este relatório e sugestões será discutido nos diversos órgãos de direção da **AIDIS** durante os próximos meses e deverá dar origem a um plano **AIDIS** 2020, que será submetido ao órgão máximo da **AIDIS** no Congresso Interamericano de Santiago” explica Rosito.

Com a ajuda das novas tecnologia e da interatividade que permite queimar etapas e estabelecer uma boa comunicação entre os setores afins, Carlos Alberto Rosito prevê, para os próximos quatro anos, um trabalho intenso em torno de temas como a explicação, para cada país associado da instituição, das Metas de Desenvolvimento do Milênio para



Foto: Divulgação AIDIS

Carlos Alberto Rosito
“levar tais serviços a 100% da população da América Latina até 2025 é a nossa principal bandeira”

o setor. Dentro deste mesmo enfoque, a universalização dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos. “Levar tais serviços a 100% da população da América Latina até 2025 é a nossa principal bandeira” afirma ele.

Ele esclarece ainda que o plano detalhado das ações inclui a melhoria da gestão, a redução das perdas de faturamento, a redução na falta de pagamento, a racionalização do consumo de energia e a melhoria da produtividade com investimentos nos recursos humanos. Dentro da melhoria na gestão o plano da **AIDIS** contempla ainda aumentos tanto de subsídios cruzados -aquela equação que faz com que o pagamento dos serviços para classes mais abastadas possa subsidiar aqueles com dificuldades e nos bairros mais pobres - e aumento de tarifas onde for possível, aumento de recursos financeiros reembolsáveis, nacionais e internacionais e ainda aumento dos recursos orçamentários não reembolsáveis, nacionais e internacionais.

Brasil coordena Rede da América Latina e Caribe

Por indicação do Presidente da **AIDIS**, o mexicano Adalberto Noyola, o Diretor-Presidente da Copasa, Márcio Nunes, foi convidado e aceitou coordenar a WOP - "Water Operators Partnership" (Parceria entre Operadores de Água) da América Latina e Caribe. Fomentada pela Organização das Nações Unidas, esta é uma das três redes de cooperação criadas em âmbito mundial, para estimular as parcerias entre os diversos operadores de serviços de água e saneamento.

A escolha da Copasa se deu em função das parcerias já estabelecidas pela empresa com companhias brasileiras e de outros países e, ainda, por seus reconhecidos e premiados indicadores de gestão. Além disso, o executivo Márcio Nunes tem grande experiência internacional, como a de Vice-Presidente do Grupo Inter-Governamental Ad Hoc de Especialistas em Energia e Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, além de atuação em

grupos técnicos do setor elétrico na área do Mercosul.

Márcio Nunes acredita que esta iniciativa das Nações Unidas facilitará o cumprimento de duas das mais importantes metas do milênio para a região. A primeira delas, no setor Saúde e Ambiente, é a meta 7: "Garantir a qualidade e respeito ao Meio Ambiente". A outra é o alvo 10: "Reduzir pela metade, até 2015, o percentual de pessoas sem acesso à água potável e condições sanitárias adequadas".

Ele destaca a experiência brasileira já consolidada dentro da Aesbe como o embrião de um modelo a ser seguido. "Aqui, são claros os benefícios dessa associação na medida em que fóruns e grupos técnicos nivelam conhecimento e experiências", destaca. Com a troca de experiências e a permanente discussão técnica a melhoria é acelerada e multiplicada para os vários parceiros, acrescenta Márcio Nunes.



Foto: Arquivo Copasa

Márcio Nunes, presidente da Copasa, é o novo coordenador da WOP (Parceria entre Operadores de Água) para a América Latina

Parceria e união é a regra do jogo na visão de Márcio Nunes. "É esta visão de conjunto de que o todo só melhora se cada parte também melhorar que incentivaram o estabelecimento das Metas do Milênio". Agora temos o desafio de ampliar e estender esta cooperação na América Latina e Caribe e estabelecer uma parceria que se torne permanente para fazermos a nossa parte na construção de um mundo melhor, concluiu o novo coordenador da WOP.

Aesbe e Trata Brasil assinam convênio de cooperação

A Aesbe e o Instituto Trata Brasil assinaram um Termo de Cooperação para atuarem em conjunto na divulgação do direito de acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

O Instituto Trata Brasil, com sede em São Paulo, coordena uma ampla campanha de mobilização nacional para se alcançar a universalização do saneamento básico, com o objetivo de melhorar a saúde da população, reduzir a mortalidade infantil, preservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável. A Aesbe tem uma agenda de trabalhos para 2008 com foco na mobilização de suas as-

sociadas para o Ano Internacional do Saneamento.

De acordo com Raul Pinho, diretor executivo do Instituto, o termo de cooperação garante a comunicação junto aos associados da Aesbe, bem como a manutenção do envio de informações qualificadas sobre saneamento básico pelo Instituto Trata Brasil.

A proposta das duas instituições é atuar em parceria no desenvolvimento de ações voltadas às questões de saneamento básico, visando à evolução do setor e perseguindo a meta da universalização dos serviços de saneamento no Brasil.



Foto: Helton Carvalho/Cesan

Aesbe e Instituto Trata Brasil selam parceria e definem uma agenda conjunta de trabalhos para o Ano Internacional do Saneamento

Informações: www.tratabrasil.org.br

Um Ano da Lei de Saneamento

O saneamento básico, que há décadas pouco tinha a comemorar, foi brindado no ano que passou com dois eventos de grande significado: a edição da Lei nº11.445 e o lançamento do PAC Saneamento. E, mesmo tendo funções diferentes – a lei trata da institucionalização do setor e o PAC estabelece um programa de obras para quatro anos – há uma grande interface entre eles, com implicações na análise e implementação da lei.

Transcorrido um ano de vigência da Lei 11.445/2007, que trata das diretrizes da política federal para o saneamento, já é possível destacar alguns aspectos no que se refere à sua aplicabilidade. Não há dúvidas que o PAC – Saneamento é um bom instrumento para testar a operacionalização da Lei.

Relembrando fatos

Das diversas questões que envolveram a discussão sobre a institucionalização do setor nos últimos vinte anos, duas merecem ser destacadas: a titularidade dos serviços de saneamento, ainda aguardando julgamento no STF, e a própria abrangência da lei, estabelecida agora com a edição da Lei 11.445/07. Essas questões sintetizavam conceitos distintos sobre o conteúdo da lei e o papel ou responsabilidades que os entes federados deveriam assumir na estruturação e implementação da política de saneamento.

A Aesbe, Abes, Abdib, Abcon, Asfamas, Sinaenco e outras entidades sustentavam que a Lei federal deveria ser a mais sucinta possível, com a União se restringindo a estabelecer as diretrizes gerais da política federal do saneamento. A lei forneceria as bases institucionais e regulatórias para que Estados e Municípios, como gestores dessa política, formassem as suas diretrizes e leis complementares, em função das especificidades regionais e

locais. Havia o entendimento sobre a manutenção do subsídio cruzado e a prestação regional dos serviços e sobre a necessidade de regulação, a ser exercida por ente público independente e autônomo. O controle social seria possível, desde que complementar à regulação, a ser definido pelas municipalidades.

O outro segmento, formado por entidades sindicais, ONGs e movimentos sociais, considerava importante a centralização das ações normativas do saneamento na esfera federal. A Lei deveria ser abrangente e detalhista, tutelando as ações dos Estados e Municípios. A participação social é introduzida como preceito fundamental, nas diversas atividades dos serviços e abrangendo as quatro fases do saneamento: água, esgotos, drenagem e resíduos sólidos. Os conselhos sociais deveriam ter caráter consultivo, às vezes sobrepondo à regulação formal. O processo de implementação dos dispositivos legais deve ter ampla participação da sociedade, mesmo que postergue a implantação dos serviços.

A repercussão não é positiva no setor, apesar do esforço realizado na busca do consenso. Titulares e operadores têm esbarrado na complexidade e detalhismo da lei, com reflexos na sua implantação. A lei, em diversos momentos, superpõe e invade competências dos entes federados, o que gerará instabilidade jurídica prejudicial aos serviços.

Implantação da lei: resultados iniciais

Um ano de vigência Lei nº 11.445/07 é pouco para que os resultados se apresentem de forma mais significativa. As primeiras ações foram de análise e interpretação da Lei, com a realização de diversos estudos, encontros e seminários. Avanços significativos estão ocorrendo na estruturação dos entes reguladores e na renovação de contratos de concessão. Os contratos estão sendo firmados em novas bases, com critérios e metas mais realistas, incluindo a possibilidade de criação de fundos para inversão nos municípios. É visível a melhoria no relacionamento entre titular e concessionário, na busca dos objetivos comuns. A lei estancou o processo de retomada dos serviços de forma unilateral e arbitrária, ao estabelecer formas de indenização e de atualização de ativos. Os planos de saneamento e a contabilidade regulatória estão em fase inicial de definição, atendendo aos novos dispositivos legais.

Implantação da lei: fatos positivos

A simples existência de um marco institucional e regulatório, após exatos 20 anos, pode ser o primeiro destaque. Mesmo com dificuldades, há um processo normal de adequação aos novos dispositivos legais, sinalizando claramente que a lei não precisa de regulamentação. Os Estados já estão definindo as suas políticas de saneamento e criando estruturas regulatórias. São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Ceará, Rio Grande do Sul, Tocantins, Goiás, Pernambuco, Paraíba, além de alguns Municípios, já possuem agências reguladoras em diferentes estágios de implantação e operação. As Companhias de Saneamento estão renovando suas concessões baseadas em premissas mais modernas, visando um melhor atendimento. O contrato de programa tem se mostrado um instrumento importante para a formalização de contratos. Um exemplo disso é que a Sabesp em 2007, assim como outras Companhias, já renovou quase 100 concessões, com



Foto: Divulgação Aesbe

Mesmo com dificuldades, há um processo normal de adequação aos novos dispositivos legais, sinalizando claramente que a lei não precisa de regulamentação.

conteúdo mínimo de metas de atendimento e qualidade, tarifas, subsídios, prazos, etc. Um novo arranjo institucional para a prestação dos serviços está sendo desenhado em Santa Catarina, em função das especificidades do Estado.

Implantação da lei: aspectos preocupantes

A lei apresenta uma grande complexidade pois há dispositivos legais com acentuado grau de dificuldade para atendimento. A elaboração de planos de saneamento para os 4 tipos de serviços, como condicionante a acesso a recursos federais é um deles. Também deverá haver conflitos na regulação dos serviços se for mantida a tentativa de remeter aos Conselhos a discussão de temas que não lhes dizem respeito, via regulamentação da lei. A própria constituição dos conselhos, se consultivos ou deliberativos, poderá transformar simples proces-

sos decisórios em embates políticos e judiciais.

O PAC e as repercussões na Lei do Saneamento

Logo após a edição da Lei 11.445/07 o Governo Federal lançou o PAC Saneamento, mobilizando recursos da ordem de 40 bilhões de reais para aplicação nos próximos quatro anos. Cerca de 14 % correspondem a recursos orçamentários da União e os 86 % restantes serão de responsabilidade de Estados, Municípios e da iniciativa privada, entre recursos próprios e financiados.

É um programa importante e ambicioso, cujo êxito está diretamente vinculado à agilidade da sua implementação. E, talvez por isso, foram adotados critérios simplificados e diferentes dos apresentados nos normativos federais para seleção dos projetos. A nova sistemática privilegiou a existência ou não dos projetos, os quais deveriam atender áreas de maior déficit e com população reconhecidamente pobre e mais exposta a riscos. Por fim, os empreendimentos eram pactuados, ao mesmo tempo, com os Governadores, Prefeitos, Operadores dos Serviços e Agentes Financeiros.

Apesar de não ser um processo ideal, ao menos adotou uma lógica simples, eficaz e pragmática e que merece ser aprimorado. Se um dos objetivos do setor é universalizar os serviços, quanto mais rápido isso ocorrer, melhor. Como existem recursos e projetos viáveis, não há justificativas para alongar empreendimentos, que devem ser executados com a melhor técnica e qualidade, ao menor custo possível.

Embora em fase inicial, o PAC conseguiu uma formidável proeza: agilizar o processo de contratação de obras a níveis não alcançados em anos anteriores. Os benefícios serão significativos, principalmente para os usuários, que terão acesso mais rápido aos serviços de saneamento.

Walder Suriani
Superintendente-Executivo da Aesbe



Newton Azevedo

Este é o ano do real crescimento no setor

Newton Azevedo

Vice-presidente da Abdib.

O ano de 2007 foi caracterizado inicialmente por alguns fatos promissores na área de saneamento. Em primeiro lugar, a entrada em vigor, em fevereiro do ano passado, da Lei 11.445/07, representando o marco regulatório do setor, constituiu um progresso que vinha sendo buscado há quase 20 anos. Em continuidade, a ênfase dada pelo PAC, anunciado em janeiro de 2007, com a perspectiva de poder destinar para o setor um total de R\$ 40 bilhões em 4 anos passou a dar um novo estímulo aos investidores, operadores públicos e privados, e à cadeia produtiva. No entanto, há muitas preocupações no setor em função de diversos obstáculos ainda a superar para transformar do papel para a realidade a materialização de projetos e a possibilidade de o País trilhar firmemente o caminho da universalização dos serviços. São eles:

1. Além de alguns vetos presidenciais (do total de 15) na Lei 11.445/07 aprovada pelo Congresso terem alterado o espírito do legislador, está em discussão uma minuta de Decreto regulamentador desta lei, que apresenta diversas divergências com a lei, quando não contempla pontos que o Congresso havia definitivamente sepultado. Este fato cria instabilidade e incertezas nos investidores públicos e privados e atrasa a materialização de projetos, e de consequência o cumprimento das metas de universalização.

2. Há muito desconhecimento no setor de todas as regras e as possibilidades de solução para a prestação dos serviços, sem haver um programa de comunicação para informação aos Estados e Municípios. São exemplos: os impasses das indenizações exigidas pelos investimentos realizados e não amortizados, no caso do término de

concessões; a formação de consórcios; o contrato de programa; a manifestação de interesse junto ao poder concedente por parte da empresa pública ou privada para realização de parcerias; a concessão a empresas privadas, ou até mesmo a renovação da prestação dos serviços com a operadora estadual, na forma de gestão associada.

3. Apesar de a CEF ter empenhado, ao longo de 2007, quantias para financiamentos dos serviços superiores a R\$ 3 bilhões, valor em si recorde, historicamente, o desembolso efetivo mantém-se, até aqui, nos mesmos valores do passado. A necessidade de agilizar os processos deve ser analisada.

4. Os recursos do PAC precisam, de forma transparente, estar vinculados ao cumprimento de metas, e se destinarem, com exceção às áreas carentes, a tomadores e empresas que tenham comprovada capacidade de gestão; ainda é fundamental que, conforme inicialmente anunciado, os recursos para a revitalização de empresas sejam efetivamente liberados.

Por fim, entende o setor que, desde que não sejam introduzidas novas regras que possam deturpar o atual quadro regulatório, nada mais oportuno que o ano de 2008, declarado pela ONU o Ano Internacional do Saneamento, possa ser o ano da real retomada do crescimento do setor. Para isso, é fundamental que o Governo dê uma clara e concreta manifestação para que os investimentos, tanto públicos como privados, representem os fortes agentes para os avanços necessários, que apóie um programa e um processo de comunicação, e para que induza que uma regulação eficiente seja implementada.

2007 foi o ano do saneamento

Yves Besse

Engenheiro, presidente da Abcon – Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto e da CAB Ambiental



Foto: Divulgação-Abcon

Yves Besse

Não resta dúvida de que 2007 foi o ano da tomada de consciência em relação ao saneamento básico no Brasil. Com a edição da Lei do Saneamento em janeiro, o setor saiu da sua inércia decenal e a sociedade passou a enxergar o problema com a gravidade que ele tem.

As companhias estaduais (Cesbs) começaram a aplicar o novo marco regulatório e organizaram a assinatura de centenas de contratos de programa por ano, comprometendo-se com a universalização dos serviços.

Os Municípios tomaram consciência de seu papel como titulares dos serviços de saneamento e descobriram opções para prestar esses serviços: diretamente, por meio de suas autarquias, e indiretamente, pelo setor privado ou com gestão associada pelas Cesbs.

Já o setor privado posicionou-se como parceiro efetivo do público. Ficou claro que não só há espaço para os dois, como faz-se necessário atuarem juntos para recuperar o atraso.

A sociedade civil passou da contemplação à ação. A ONG Trata Brasil realizou uma pesquisa aprofundada e mostrou dados que envergonham a todos: no antigo ritmo, levaremos 115 anos para que todos os brasileiros tenham água encanada e esgoto tratado.

Problemas ainda existem, como as indenizações a contratos entre as companhias estaduais e municípios, a discussão do problema com intenções demagógicas e corporativas, o desconhecimento da nova lei por parte do Ministério Público, Tribunais de Contas e magistrados. São problemas crônicos, mas resolvíveis, incapazes de frear a evolução deflagrada em 2007.

Em 2008, o Ano Internacional do Saneamento e um ano de eleições municipais, o saneamento básico vai subir ao palanque em condições diferentes da tradicional. Se antes ele não dava voto, agora a falta dele é que minguará o apoio popular.

Saneamento Básico, o SITE!

O maior Portal de Saneamento Básico da internet

NOTÍCIAS

TRABALHOS
TÉCNICOS

INVESTIMENTOS
LEIS E LANÇAMENTOS

GUIA DE
FORNECEDORES

Acesse: www.saneamentobasico.com.br



CESAN vence em duas categorias o Prêmio Inoves 2007 e recebe menção de destaque

Confete, serpentina e muita alegria. Foi assim que um animado grupo de empregados comemorou, no dia 29 de novembro, a vitória da Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) no prêmio Inoves 2007, concedido pelo governo do Estado a iniciativas inovadoras na gestão pública. Os dois projetos premiados foram Gestão Empresarial por Resultados (GER) e Portal de Compras da Cesan, respectivamente nas categorias Valorização do Servidor e Transações Digitais para a Sociedade. A empresa também foi contemplada com Menção Destaque pelo número de projetos inscritos. De acordo com o diretor de Relações com o Cliente da Cesan, Ricardo Maximiliano Goldschmidt, os prêmios conquistados pela Cesan revelam que a empresa busca ser uma referência de inovação no Estado. “A capacidade técnica dos empregados criou a condição para que a Cesan seja exemplo de gestão pública no Estado”.

A GER é uma ferramenta de gestão que estabelece metas a serem alcançadas no decorrer do ano, como o percentual de satisfação do cliente, número de acidentes de trabalho, nível de qualidade da água, redução da inadimplência e de perdas, entre outros. O Portal de Compras da Cesan pode ser acessado no site www.cesan.com.br, no link Licitações, e foi desenvolvido para facilitar a comunicação da empresa com o mercado.



SANEPAR recebe Prêmio FINEP pela utilização agrícola do Lodo de Esgoto



A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) é a vencedora do Prêmio Finep de Inovação Tecnológica, na categoria Processo, com o Programa Interdisciplinar de Pesquisa de Utilização Agrícola do Lodo de Esgoto. O anúncio dos vencedores das seis categorias concorrentes foi feito no Palácio do Planalto, em Brasília. O presidente da República em exercício, José Alencar, entregou o troféu para o presidente da Sanepar, Stênio Jacob, e para o gerente da Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento da Sanepar, engenheiro agrônomo Cleverson Andreoli, coordenador das pesquisas. A diretora de Meio Ambiente da Sanepar, Maria Arlete Rosa, acompanhou a solenidade. “É um grande orgulho para a Sanepar e para os paranaenses receber um destaque nacional por um trabalho de equipe” disse o presidente da empresa.

Os estudos do projeto de utilização agrícola do lodo de esgoto tiveram início há 20 anos e hoje beneficiam mais de 100 produtores rurais no Paraná. Já foram aplicadas 75 mil toneladas do produto, em cerca de 1.500 hectares de áreas cultivadas com milho, feijão, soja e grama, resultando em ganhos médios de produtividade entre 30% e 40%.

Principal premiação para a pesquisa do Brasil, este Prêmio é promovido pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Companhias Estaduais Trocam Experiências

Angola e Paraguai utilizam tecnologia da Copasa

A Copasa mostra que está afinada com a iniciativa das Organizações das Nações Unidas – ONU, para reduzir o número de pessoas que não têm água potável e/ou acesso aos serviços de esgotamento sanitário. A companhia, além de transferir *know how* para controlar as perdas de água e melhorar a gestão dos sistemas de abastecimento de água, antecipa-se a esse movimento global para colaborar com a universalização e melhoria das condições de saneamento no mundo.

A companhia mineira já firmou convênio de cooperação técnica com a Empresa de Serviços Sanitários do Paraguai – ESSAP, e com a Empresa Pública de Águas de Luanda - EPAL, de Angola, para prestar assessoria e transferir tecnologia e *know how*, para otimizar a gestão dos serviços de saneamento dessas cidades.

Com recursos de 1,5 milhão de dólar, o convênio com a EPAL, firmado em dezembro 2006, visa a transferência de tecnologias nas áreas de engenharia, obras e operação do sistema de abastecimento de água, bem como a elaboração de projetos de desenvolvimento institucional em diversas unidades da companhia angolana.

Já o convênio com a ESSAP – Paraguai, assinado em setembro de 2007, conta com recursos da ordem de 200 mil dólares, para implementar programa de controle de perdas de água e melhorar a gestão do sistema de abastecimento da região metropolitana de Assunção. E com isso, aumentar a oferta de água para mais de 1 milhão de pessoas da capital paraguaia.

Cagece realiza serviço de cooperação técnica com outras companhias

A Cagece, do Ceará, está se transformando num modelo de gestão e tem transmitido essa experiência às outras companhias da área. Ela já tem convênios de cooperação técnica com a Águas de Joinville, com a Caer, de Roraima, Compesa, de Pernambuco, Caern, do Rio Grande do Norte, e Casal, de Alagoas. Os convênios de cooperação técnica são resultado do reconhecimento do trabalho da empresa cearense em vários campos.



Foto: Arquivo Cagece

Os conhecimentos que a Cagece transmite estão nas áreas de gestão (logística, arquitetura organizacional e controladoria), planejamento estratégico, combate e redução de perdas, medição, eficiência energética e orientação sobre planos diretores de abastecimento de água.

No dia 15 de janeiro deste ano, a Agespisa, do Piauí, promoveu um fórum para compartilhar a experiência da Cagece sobre gestão de processo, eficiência comercial, eficácia operacional, modelo de gestão e processos de engenharia em geral.

No dia 29 de janeiro, a Cagece foi convidada para realizar uma palestra sobre sua estrutura organizacional anterior e atual, na Saneago, de Goiás. A Cagece também manteve convênios anteriores com a Embasa, da Bahia, Cosanpa, do Pará, Caern, Sasan, de Santa Catarina, e com a Prefeitura Municipal de Lages.

Gatos: Nova Cedae combate ligações clandestinas

A Nova Cedae, a Companhia de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro, vem realizando desde o início de 2007 diversas operações para combater as ligações clandestinas conhecidas como “gatos”. E os números são expressivos. Até meados de janeiro de 2008 foram mais de 1.000 operações, que totalizaram uma soma de quase R\$ 2 milhões em multas. Esse é o resultado do trabalho dos técnicos da Assessoria de Segurança Empresarial da companhia em conjunto com os policiais da Delegacia de Defesa dos Serviços Delegados (DDSD).

“Desde que assumi a Cedae uma das minhas prioridades é a de caçar e combater todos os gatos feitos na rede da Companhia. Além de causar grande prejuízo nos cofres da Cedae, essas ligações clandestinas também contribuem para desabastecer algumas localidades.”, afirma o presidente Wagner Victer. O combate às ligações clandestinas de grande porte ficou conhecido como Operação Gato Gordo. “Além de apurar denúncias, que são cada vez mais constantes, a Cedae realiza até investigações por satélite para detectar irregularidades” diz Victer.



DILMA ROUSSEFF ANUNCIA APOIO À REVITALIZAÇÃO DAS PRESTADORAS DE SERVIÇO

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, anuncia nesta entrevista exclusiva à Revista Sanear que uma parte dos recursos do PAC foi reservada para um programa de apoio à estruturação e revitalização das prestadoras de serviço de saneamento básico. Para ela, essa é uma das formas de aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados na área.

O programa, de acordo com a ministra, terá como objetivo promover o reordenamento institucional da gestão dos serviços públicos de saneamento básico, visando à sustentabilidade e ao incremento da qualidade dos serviços, além da melhoria da eficiência do setor. O programa, afirmou Dilma Rousseff, terá ações nas áreas de planejamento, regulação, fiscalização, controle social e prestação pública de serviços de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de forma a adequá-los aos novos cenários legais, econômicos, sociais e ambientais.

1 - Qual é avaliação que a senhora faz do PAC/ Saneamento, avanços e entraves encontrados até agora?

Com o lançamento do PAC em 2007 o governo federal retomou o planejamento de longo prazo. Com isso, o setor público e o privado recolocaram na pauta a agenda do investimento. Eu acredito que o PAC criou uma dinâmica interna virtuosa de crescimento sustentável, pois incentiva o mercado interno, gera demanda de produtos, bens e serviços, além de emprego. E ao mesmo tempo, elimina gargalos da economia, quebra obstáculos e barreiras que a infra-estrutura impunha ao crescimento do País. Eu tenho dito que o PAC não pretende resolver todas as questões, mas é um programa que começa a enfrentar os problemas fundamentais na área de infra-estrutura. O saneamento, por exemplo, terá R\$ 40 bilhões.

Esses investimentos, além de recuperar a infra-estrutura, tratam de um aspecto social fundamental para o governo do presidente Lula: recuperam o direito das pessoas de viver dignamente. O processo de seleção dos projetos, através de diálogo direto com governadores e prefeitos, se deu a partir de critérios claros, que priorizou o atendimento à população de baixa renda e de localidades com elevados índices de agravos à saúde por falta de saneamento. Esse processo resultou na criação de um excelente clima de cooperação entre os entes federados. Esse clima permitiu alcançar, em apenas 6 meses, um nível recorde de contratação: R\$ 15 bilhões, em 340 municípios de todos os estados brasileiros e muitas obras já começaram ou estão em processo de licitação. Certamente não vamos resolver todos os problemas que se acumularam em mais de 20 anos sem investimento no setor, mas se esse esforço de quatro anos se repetir, acredito que conseguiremos alcançar a universalização num período muito mais curto do que se previa antes do lançamento do PAC.



Foto: Ricardo Stuckert/PR

“Eu acredito que o PAC criou uma dinâmica interna virtuosa de crescimento sustentável, pois incentiva o mercado interno, gera demanda de produtos, bens e serviços, além de emprego.”

2 - No Brasil, de acordo com últimos dados da PNAD, o acesso à coleta e tratamento de esgoto cresce 0,4% ao ano desde 1992. O setor encontrava-se nos últimos anos em total estagnação. Acha que a injeção de recursos do PAC será suficiente para uma melhora nos indicadores desta área?

Não tenho a menor dúvida a esse respeito, pois o Presidente Lula destinou recursos ao saneamento no PAC exatamente com esse objetivo. O Ministério das Cidades vai, inclusive, contratar uma Pesquisa Nacional de Saneamento Básico junto ao IBGE para servir de linha de base para comparação com os resultados dos projetos selecionados no PAC.

Além do expressivo aporte de recursos, o Governo tem trabalhado no sentido de promover a coordenação e articulação entre os diversos atores do setor (órgãos executores, gestores e beneficiários), no sentido de solucionar al-

guns gargalos como questões ligadas à necessidade de recuperação da capacidade produtiva dos fornecedores de insumos e serviços e de planejamento e implementação de empreendimentos pelos concessionários, decorrente da descontinuidade dos investimentos nas últimas décadas. E assim, creio que setor público e privado, em parceria, poderão propiciar as condições favoráveis à ampliação do acesso da população aos serviços e à melhoria na qualidade da prestação deste serviço, o que vai gerar uma mudança significativa no acesso da população a esses serviços, dentre eles o esgotamento sanitário.

No entanto, gostaria de salientar que, apesar do quadro de restrições fiscais do primeiro mandato do Presidente Lula, não há por que se falar em estagnação. Entre 2003 e 2006 o Governo Federal contratou com Estados, Municípios e prestadores de serviço mais de R\$ 12 bilhões em investimentos para o Saneamento (uma média anual de R\$ 3 bilhões), dos quais 26% especificamente para o esgotamento sanitário. Mais de 50% desse valor já foi desembolsado. Todos sabemos da complexidade dos empreendimentos



nesse setor e que, portanto, os resultados dependem de um tempo razoável para se consolidarem.

3 - Que sugestões a senhora daria às operadoras de água e esgoto, as principais gestoras deste setor no País?

Há grande expectativa da sociedade no sentido da melhoria da qualidade de vida nas cidades e o saneamento cumpre importante papel nessa expectativa. Dessa forma, eu diria que os prestadores de serviço estaduais, municipais e privados cumprem um papel estratégico. São os agentes que vão dar operacionalidade aos investimentos do PAC. E, como forma de dar a maior efetividade possível à aplicação desses recursos, contamos com o esforço dos prestadores de serviço que têm o desafio de cada vez mais qualificar e apresentar bons projetos, investindo na capacitação profissional, na boa gestão e, sobretudo, na qualidade dos serviços prestados à população.

4 - Recentemente o Governo anunciou, até para justificar a sustentabilidade das obras do PAC/Saneamento, um programa de revitalização de operadoras públicas do setor com dificuldades na gestão dos serviços. A Sra. teria alguma informação sobre isso, tendo em vista a importância da medida?

Um dos grandes desafios do setor é o de aumentar a eficiência e qualidade dos serviços prestados na área. Por essa razão, reservamos uma parte dos

recursos do PAC para um Programa de Apoio à Estruturação da Gestão e à Revitalização de Prestadores Públicos de Serviços de Saneamento Básico. Este programa teria como objetivo promover o reordenamento institucional da gestão dos serviços públicos de saneamento básico, bem como a revitalização destes prestadores, visando a sustentabilidade e o incremento da qualidade dos serviços e a melhoria da eficiência. O Ministério das Cidades vem estruturando uma proposta voltada a Estados e Municípios que se enquadrem nos critérios de beneficiários e que manifestem o interesse de adesão. O programa envolveria ações nas áreas de planejamento, regulação, fiscalização, controle social e prestação pública de serviços de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, adequando-os aos novos cenários legais, econômicos, sociais e ambientais. Também compreenderiam o estabelecimento de novos modelos de gestão e novas estruturas de prestação e regulação.

5 - O anúncio das medidas econômicas no início de 2008 podem afetar os trabalhos do PAC/Saneamento? De que forma?

O Presidente Lula deu uma orientação clara de que o PAC deve ser preservado no ajuste orçamentário decorrente da extinção da CPMF. Sendo assim, nossa expectativa é seguir o planejamento desenhado em 2007.

O PAC E AS COMPANHIAS DE SANEAMENTO BÁSICO

Foi com otimismo que os Estados e suas companhias de saneamento receberam o lançamento do PAC Saneamento. Afinal, está prevista a mobilização de cerca de R\$ 10 bilhões/ano, a ser aplicado em 2007/2010, valores significativos para os padrões do setor. É um Programa ambicioso e os Estados e Municípios atenderam ao chamamento do Governo Federal, apresentando os projetos para abastecimento de água e esgotamento sanitário. Houve diversas manifestações favoráveis e a principal crítica ao Programa se relaciona ao fato de exigir um esforço concentrado do setor, em curto prazo, sem a garantia de continuidade das ações após 2010. Isso poderá elevar os custos e gerar frustrações futuras.

Se considerarmos que a cadeia produtiva do saneamento – projetistas, construtores, fabricantes e operadores – vem desenvolvendo suas ações com base em valores históricos de investimentos de cerca de R\$ 3 bilhões/ano, a oferta imediata de um volume de recursos três vezes maior causa naturais transtornos, o que necessitaria de um período para mobilização de insumos para atender a esses desafios.

Além disso, há questionamentos sobre a continuidade desses recursos após 2010, o que permitiria vislumbrar a tão sonhada universalização dos serviços. É importante, também, saber como essa mobilização em torno do PAC poderá subsidiar a implementação dos programas normais da SNSA/

Ministério das Cidades, dentro da sua programação anual de atividades.

Não seria errado inferir que as condições macroeconômicas da nossa economia sustentarão esse crescimento, o que justificaria o otimismo inicial na continuidade desses investimentos.

O quadro apresentado pelas Cias. Associadas indica que a seleção dos Projetos ocorreu no ano passado e o efetivo início das obras se dará em 2008. Praticamente não houve desembolsos em 2007. A Revista Sanear acompanhará a evolução do PAC nessas empresas,

informando o volume aplicado e o andamento das obras e serviços.

Como fato bastante prejudicial ao setor deve ser citado a não concretização, ainda, do Projeto de Modernização dos Operadores dos serviços de saneamento, no âmbito do PAC. Foi um Projeto concebido pelo PMSS/Ministério das Cidades, objetivando a melhoria da gestão de alguns operadores estaduais e municipais dos serviços de saneamento. É um projeto importante para alavancar o setor e, contrariando as expectativas da Aesbe e de suas Associadas, até o momento ele não foi iniciado.



Foto: Odair Faria

INVESTIMENTOS DO PAC COMPANHIAS DE SANEAMENTO

Posição em Dez/2007

Valores previstos

Financiamentos E Orçamento Geral da União (OGU)
R\$ 10,6 bilhões

Contrapartida prevista

R\$ 1,6 bilhões

Valores já contratados com Agentes Financeiros e OGU

R\$ 2,9 bilhões

Fonte AESBE/Cias



Ar na Rede



Abastecimento Normal

Na visão da Aesbe, eliminador de ar não é solução

Posicionamento dos operadores dos serviços de saneamento sobre os equipamentos eliminadores de ar

Há no mercado dezenas de equipamentos que prometem retirar o ar das tubulações de água e reduzir o valor da conta mensal ao consumidor. São os chamados “eliminadores de ar”, ou seja, equipamentos cujas promessas de eficiência até agora ainda não se concretizaram. A Aesbe está discutindo internamente o tema entre as suas associadas.

Os operadores dos serviços de saneamento nacionais, públicos e privados, estaduais ou locais, através de órgãos de pesquisas e universidades em vários Estados brasileiros, vêm realizando ensaios e testes de funcionalidade em diversos modelos e marcas de aparelhos, com resultados semelhantes: são aparelhos inócuos, não reduzem o valor da conta de água e apresentam potencial de riscos à saúde pública, diferentemente do que apregoam seus fabricantes. Além disso, não há normas ou certificação oficial que permita a instalação desses equipamentos.

EXISTE AR NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA ?

A distribuição da água é feita de forma contínua e em redes pressurizadas, com a água preenchendo toda a tubulação. Em condições normais de abastecimento, não há “espaço” para a existência de ar nas tubulações. Eventualmente, em casos de intermitên-

cia no abastecimento ou em situações de rompimento ou de manutenção de redes, há possibilidade de alguma entrada de ar nos tubos, que são eliminados automaticamente por ventosas. Essas ventosas são equipamentos instalados em pontos altos do sistema de abastecimento e são projetados para retirarem todo o ar eventualmente existente na rede, sem chegar ao ramal de ligação do usuário.

O QUE PREVÊ A LEGISLAÇÃO SOBRE A INSTALAÇÃO DESTES APARELHOS

Apesar de diversas Assembléias e Câmaras Legislativas editarem leis sobre esse tema, a legislação brasileira sobre medidores de volumes é regulada pelo Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, através da Portaria nº. 246, de 07/02/1994 e do Regulamento Técnico Metrológico, que em no item 9.4, estabelece que “qualquer dispositivo adicional, projetado para ser insta-

lado junto ao hidrômetro, deverá ser aprovado pelo Inmetro, com vistas à verificação de interferência no funcionamento do medidor”.

Tendo em vista que esses eliminadores não tiveram aprovação ou certificação de funcionamento do Inmetro, a sua instalação é irregular, apesar da propaganda dos produtos insinuar, de forma indevida, que possuem tal chancela.

OS EQUIPAMENTOS E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Esses dispositivos violam os direitos básicos do consumidor, estabelecidos na Lei 8.078/90, quanto a proteção à saúde, à falta de informação sobre os riscos de sua instalação e à publicidade enganosa que tenta induzir a sua compra por performance não comprovada. Os argumentos comerciais utilizados na sua apresentação são falsos, não dando ao consumidor nenhuma garantia efetiva de redução da conta de água.

CONCLUSÃO:

Não existe nenhum tipo de dispositivo eliminador de ar para hidrômetro aprovado ou autorizado pelo Inmetro. A instalação desses aparelhos, além de colocar em risco a saúde do usuário e da população da região, não tem eficiência garantida, representando um custo adicional desnecessário ao cliente, com total descumprimento da legalidade metrológica. A maneira segura de reduzir o valor das contas é usando racionalmente a água, evitando desperdícios e verificando vazamentos.

Os operadores dos serviços de saneamento básico estão acompanhando a evolução desse tema, com estudos, pesquisas e análises de equipamentos. Como responsáveis pelo fornecimento de água dentro dos padrões de potabilidade, não podem aceitar que haja qualquer possibilidade de risco à saúde da população, além de evitar que dispositivos ineficazes onerem os seus consumidores.

consórcio
enger 

Av. Anísio Fernandes Coelho, 1527 Jardim da Penha CEP 29060-670 Vitória ES (27) 3235-9444
consorcioengeretep@consorcioengeretep.com.br

Promovendo o desenvolvimento com mais qualidade de vida

O Consórcio Enger Etep é referência no desenvolvimento de projetos básicos e executivos e no gerenciamento de empreendimentos no Espírito Santo. Formado por profissionais de alta qualidade técnica e comprometidos com o bom atendimento aos seus clientes, o Consórcio tem se estabelecido pela seriedade dos serviços prestados e eficiência profissional.

No Estado Capixaba, o Consórcio atua no desenvolvimento de projetos e gerenciamento do Programa Águas Limpas, que visa a implantação de sistemas de produção de água e de esgotamento sanitário que propiciarão, até o ano de 2010, o aumento da cobertura desses serviços de 95% para 100% e de 30% para 60%, respectivamente, na Região Metropolitana da Grande Vitória.

O Consórcio Enger Etep tem muito orgulho em fazer parte desta história.

enger
engenharia

(11) 4133-6951 - comercial@enger.com.br



(11) 3068-5900 - etep.sp@etep.com.br

Biogás é alternativa para reduzir consumo de energia nas empresas

Em maio entra em operação o sistema de uso do gás metano como combustível, o primeiro conectado à rede pública de energia

Pioneira em pesquisas sobre reaproveitamento do lodo de esgoto, a Sanepar desenvolve agora um projeto para utilização de um dos subprodutos do tratamento do lodo: o biogás. Assim como o lodo de esgoto é um eficiente fertilizante para a agricultura, o gás metano gera energia de sobra para fazer funcionar uma estação de tratamento de esgoto. É o que prevê a experiência piloto desenvolvida pela Sanepar em Foz do Iguaçu uma parceria com a Itaipu binacional.



Foto: Arquivo Itaipu binacional

A longo prazo a proposta é minimizar os custos com energia reaproveitando o gás metano das estações de tratamento de esgoto.

Ainda em pequena escala, o sistema começa a operar em maio e será apresentado na primeira reunião conjunta da diretoria da Aesbe pela Câmara Técnica de Meio Ambiente.

A unidade escolhida para este projeto piloto foi a Estação de Tratamento de Esgotos – ETE - Shalom, em Foz do Iguaçu, certificada com o ISO 14001, que conta com o sistema para tratamento de esgoto doméstico de uma população de cerca de 25.000 habitantes. Ao entrar em operação a previsão é que o sistema fornecerá toda a energia elétrica utilizada na ETE e o que sobrar será comercializada com a Copel que é a Companhia Energética do Estado, também participante do projeto.

Um dos subprodutos do tratamento anaeróbico do lodo de esgoto é o biogás, composto basicamente de metano, um dos gases causadores do efeito estufa. Para evitar este impacto ambiental ele deve ser queimado, antes de lançado na atmosfera. Mas como o metano tem um alto poder calorífico, as pesquisas indicam que ele pode ser utilizado como combustível

para gerar energia térmica ou elétrica.

A energia elétrica gerada pela utilização do metano, como resultado da digestão da biomassa residual, pode ser utilizada no próprio processo de tratamento ou no processo industrial que gerou o resíduo, reduzindo custos operacionais e minimizando o impacto ambiental do processo produtivo. A energia excedente pode ser comercializada com a empresa de energia, por meio do sistema de geração distribuída.

A longo prazo a proposta é minimizar os custos com energia reaproveitando o

gás metano das estações de tratamento de esgoto.

Além disto, a Sanepar atua na disposição final de resíduos sólidos, o qual também gera biogás em seu processo de digestão, por meio da operação do aterro sanitário da cidade de Cianorte.

A Sanepar acredita que o uso de energias renováveis pode se constituir em um forte componente para a minimização de custos operacionais nas atividades de saneamento básico ao mesmo tempo em que contribui para a redução da emissão de gases de efeito estufa.

Em 2006, por iniciativa da Itaipu Binacional, foi criado o Programa de Geração Distribuída em que a Sanepar participa juntamente com Itaipu, Companhia Paranaense de Energia – Copel, Fundação Parque Tecnológico de Itaipu - FPTI, Cooperativa Lar, Eletrobrás, Eletrosul e Instituto Ambiental do Paraná – IAP. A Aesbe e sua diretoria acompanham de perto a evolução destes trabalhos para compartilhar estas conquistas com as outras companhias estaduais de saneamento.

Reúso da Água

Sabesp e Petroquímica União

“A proteção do meio ambiente é a razão de ser da Sabesp, por isso, é hora de investir na inteligência da água” (Gesner Oliveira)

A Sabesp e as empresas do Pólo Petroquímico de Capuava (Região Metropolitana de São Paulo) iniciam parceria para o maior projeto de fornecimento de água de reúso do Brasil. Denominado Aquapolo Ambiental, o empreendimento prevê o fornecimento do produto da Estação de Tratamento de Esgotos da Sabesp no ABC (ETE ABC) para as empresas do complexo, localizado entre os municípios de Santo André e Mauá.

O produto fornecido pela Sabesp, após tratamento complementar, será utilizado nos processos das plantas petroquímicas, como torres de resfriamento e sistemas de água de caldeiras. Além da Petroquímica União, que é a principal consumidora, estão no projeto Cabot, Oxicap, Oxiteno, Polibutenos, Polietilenos União, Nova Petroquímica, Unipar Div. Química e White Martins. Serão investidos, no total, R\$ 130 milhões e a expectativa é de que o fornecimento seja iniciado no 2º semestre de 2009.

O projeto Aquapolo Ambiental permitirá a produção de água em volume suficiente para a capacidade atual e futura das indústrias da região, preservando a água potável para consumo. Além de ampliar os sistemas de reúso e fazer com que o fornecimento seja suficiente para a ampliação da capacidade produtiva do Pólo Petroquímico de Capuava, essa parceria representa grandes benefícios para melhoria do meio ambiente e preservação dos recursos hídricos do planeta. Reúso é a utilização da água por mais de uma vez, depois de um tratamento adequado. A água de reúso é produzida dentro das Estações de Tratamento de Esgoto e pode ser utilizada para inúmeros fins, como geração de energia, refrigeração de equipamentos, em diversos processos industriais, em prefeituras e entidades que usam a água para fins não-potáveis tais como lavagem de ruas, rega de jardins entre outros.

O reúso planejado da água faz parte de um programa global encabeçado pela Organização das Nações Unidas e pela Organização Mundial da Saúde, com três im-

portantes elementos que coincidem com os objetivos da Sabesp: proteção da saúde pública, manutenção da integridade dos ecossistemas e uso sustentado da água

A Sabesp adota o reúso de água desde a década de 80 em suas próprias instalações para a limpeza de equipamentos ou manutenção de suas áreas. Hoje, são reaproveitados 780 milhões de litros de água por mês, volume suficiente para abastecer toda a população de um município como Taubaté. Como existe um excedente na produção, a Empresa estendeu a alternativa às empresas. A Coats Correntes foi a pioneira e, desde 1997, aproveita a água de reúso no tingimento das linhas. A economia chega a 70 mil litros de água por hora. Seis prefeituras da Região Metropolitana de São Paulo também usam o produto para efetuar a limpeza pública. Entre elas estão São Paulo, Barueri, São Caetano do Sul, Carapicuíba, Diadema e Santo André. Ao contrário de consumir água potável para lavar as ruas após as feiras livres, caminhões devidamente preparados seguem às estações de tratamento de esgotos de Barueri, Parque Novo Mundo e São Miguel Paulista para se abastecer da água de reúso. Atualmente, são aproveitados 34 milhões de litros de água mensalmente nestas práticas.

Informações gerais sobre o Projeto Aquapolo Ambiental

- Investimentos de aproximadamente R\$ 130 milhões suportados pelo consórcio de empresas do Pólo de Capuava;
- Interligação da ETE ao Pólo por meio de uma tubulação de aço carbono com 16 km de extensão e 800 mm de diâmetro, com capacidade para transportar 1.000 l/s;
- Dos 16 Km, 7 km da tubulação serão instalados na faixa de servidão da ferrovia (CPTM, MRS e TRANSPETRO);
- Início estimado do fornecimento por meio do projeto: 2º semestre de 2009.

CAER supera desafios rumo à excelência

A Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - Caer vem promovendo uma evolução gerencial pautada na reestruturação administrativa e na modernização da sua gestão. Esse conjunto de ações, em desenvolvimento nos quatro últimos anos, tem como objetivo efficientizar a empresa e, em consequência, melhorar a prestação dos serviços oferecidos à população do Estado.

Para implementar esse esforço corporativo, a Caer teve que adotar iniciativas que mexeram profundamente com toda a empresa. A estrutura administrativa e o quadro de pessoal foram reduzidos. Os empregados foram capacitados e os recursos materiais modernizados. A empresa investiu fortemente na melhoria dos instrumentos de gestão, em especial os da área comercial (Ver quadro).

Para a implantação dessas ações, a Companhia contou com a colaboração do Programa de Modernização do Setor Saneamento – PMSS II. Técnicos desse Programa prestaram assessoramento, orientação e consultoria técnica à Caer na realização de diagnósticos da situação técnico-operacional do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário de Boa Vista e dos principais sistemas de abastecimento do Interior. Foram elaborados, também, pré-diagnósticos da situação jurídica e financeira do sistema operacional da Capital, realizada modelagem institucional do setor de saneamento, redundando

em plano de ação de caráter estratégico. Esses trabalhos foram aprofundados mediante auditoria de processos, diagnósticos e proposições de reestruturação, que tiveram grande aceitação por toda Companhia.

Como resultado visível dessas ações, entre 2006 e 2007, a companhia aumentou seu faturamento, alcançando R\$ 2,5 milhões/mês. Outra resposta favorável foi a redução do inadimplemento entre os grandes consumidores. No segmento público, a inadimplência está quase zerada, conforme informou Evandro Moreira, Diretor Presidente da Caer.

A coroação dessa fase de mudanças ocorrerá em março, quando será lançado o Planejamento Estratégico da Empresa, instrumento fundamental para a melhoria da gestão da empresa, subsidiando os gestores no estabelecimento das metas, no controle e mensuração dos resultados.

Motivado por esse cenário de profundas mudanças na Companhia, o Governo de Roraima, com o suporte do PMSS, deu início ao



Foto: Mariete Pires

“A Caer pôs em marcha um processo de reestruturação, ainda em desenvolvimento, porém já pontuado de sucessos.” Evandro Moreira, Diretor-Presidente da Caer

processo de elaboração de proposta de política estadual de saneamento, com ampla participação. Essa política abrangerá os instrumentos de regulação, constituindo no tão aguardado marco regulatório para o setor de saneamento do Estado.

Melhoria dos serviços prestados

A Caer iniciou a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de água de Boa Vista. O projeto é da ordem de 145 milhões, e foi elaborado com uma perspectiva de atender a cidade durante os próximos 20 anos.

A população boa-vistense, que hoje soma mais de 271 mil habitantes atingirá, em dez anos, quase 400 mil habitantes. Nesse patamar, o projeto prevê substituição de equipamentos e o aumento da capacidade de produção e do tratamento da água para a capital. Com isso, a empresa está apta a atender à população de mais de 500 mil habitantes, estimada para 2026.

Essas obras beneficiarão toda a população da capital, que passará



Foto: Martete Pires

Evandro Moreira (à direita) visita obras de ampliação do sistema de água da capital

a ser atendida com água de qualidade e com pressão recomendada pela norma.

Em esgotamento sanitário, o governo do Estado começou a elaborar um projeto que prevê a ampliação e melhoria dos sistemas de Boa Vista. Com isso, a Caer espera elevar a cobertura da prestação desses serviços de 19,5% para 50% e tratar 100% do esgoto coletado.

De acordo com Evandro Moreira, presidente da Caer, as ações ora em execução refletem o compromisso assumido pelo Governo estadual e pela Diretoria da empresa que tem como propósito máximo o alcance da excelência na gestão. "Para isso estamos adotando como diretrizes estratégicas a busca da modernização administrativa, a implantação de novo modelo de gestão centrado em postura empreendedora, o desenvolvimento de visão de mercado com compromisso social, a busca da qualidade total com elevação da produtividade, o aumento da eficiência operacional, a eficácia na gestão estratégica e a efetividade na orientação para resultados", define.

Principais ações de modernização da Caer

- Programa de Combate e Controle de Perdas de Água e de Uso Racional da Energia Elétrica (PCPAE), "batizado" com o nome de "Gota de Vida" - objetiva detectar, dimensionar, combater, reduzir e controlar perdas existentes no SAA Boa Vista e racionalizar o uso de energia elétrica da Caer.
- Projeto de Melhoria da Gestão Financeira - propicia a regularização dos pagamentos de faturas atrasadas com fornecedores, a quitação de dívidas de encargos sociais e, em relação aos créditos, uma sensível redução da inadimplência dos usuários públicos e privados
- Estudos de revisão do sistema tarifário e de subsídios - ensejaram realinhamento e reajustes conforme a inflação, possibilitando em contrapartida a criação de tarifa social
- Sistema G-San - sintetiza informações de faturamento, cobrança, arrecadação, micromedição, dentre outros. O software viabiliza ainda serviços como emissão de segunda via e solicitações diversas pela internet, além de uma maior agilidade na circulação de informações internas.

"As conquistas realizadas nos animam a redobrar os esforços para assegurar a universalização, com qualidade, dos serviços de águas e esgotos no jovem Estado de Roraima."

Evandro Moreira,
Diretor Presidente da Caer



Companhias em foco

Compesa: Plano de Modernização e abertura de capital

A Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) começa a implementar um ambicioso plano de modernização da gestão e de ampliação do atendimento, com vistas a abrir seu capital até setembro de 2009. Esse conjunto de ações contará com recursos dos governos federal e estadual. De acordo com o secretário de Recursos Hídricos de Pernambuco e presidente da Compesa, João Bosco de Almeida, serão mais de R\$ 1 bilhão que a empresa disporá até 2010.

O Sistema Pirapama será a principal obra da Compesa, o que possibilitará o fim de um longo regime de rodízio no abastecimento de água na Região Metropolitana de Recife. A ampliação da cobertura de esgotos na capital, ora em estudo, será viabilizada pelo uso de PPP (Parcerias Público e Privadas). Até setembro do ano passado inadimplente com a Caixa Econômica Federal, a Compesa hoje está totalmente regular e já pode contrair novos empréstimos.

Em entrevista à Revista Sanear, o secretário de Recursos Hídricos fala sobre a nova fase e destaca a importância da manutenção da gestão estadual dos serviços de água e de esgoto praticados pelas Companhias Estaduais de Saneamento Básico.

Como o Secretário vê a gestão regional do saneamento e a prática do subsídio cruzado utilizado em Pernambuco?

Nós estamos tratando as diferenças regionais, socioeconômicas, dentro do cruzamento da tarifa. Ou seja, aqueles que podem pagar mais, pagam em benefício daqueles que não podem. Esse é um subsídio que não se cruza, rigorosamente, regionalmente.

Porque é possível ter áreas no interior onde a renda per capita é alta, como nós temos aqui em Petrolina. Então, o subsídio se cruza entre as pessoas de maior renda e as de menor renda, independente da região onde elas moram. Se formos para o Sertão vamos encontrar diferenças de renda muito mais gritantes. Ou seja, o mecanismo do subsídio cruzado não vai poder desaparecer mesmo que a operação dos serviços seja local.

Aqui no Nordeste, a tendência, dada à grande disparidade de renda, é ter uma empresa que cubra todo o Estado, porque fica mais fácil distribuir os custos nesse subsídio cruzado dentro da tarifa. Quanto maior a massa de consumidores, mais fácil é distribuir esse subsídio. Porque distribuir subsídios entre poucos, requer daqueles que têm renda maior, esforço maior.

O setor de saneamento aqui no Nordeste reflete o mesmo concei-

to da pobreza solidária. Num mundo pobre, quanto mais solidário, mais se sobrevive. Então, por aqui, nós vamos continuar com esse modelo de uma empresa estadual por um bom tempo. No Estado, nós só temos oito municípios pequenos, pobres e que não têm concessão com a Compesa. Como não conseguem dar conta do serviço, querem que a companhia assuma essas concessões.

Quantos municípios operados pela Compesa são superavitários?

A Compesa opera 175 dos 187 municípios do Estado de Pernambuco. Desse total, 17 poderiam prestar diretamente seus serviços, do ponto de vista da geração de caixa e rentabilidade. Sobrariam 170 municípios que teriam as suas operações subsidiadas com recursos do governo estadual. Isso é uma dificuldade, por isso temos que defender a manutenção do modelo estadual de gestão dos serviços.

A Compesa se prepara para abrir capital. Algumas ações já foram iniciadas para torná-la mais eficiente. Os resultados já podem ser mensurados?

Essas ações fazem parte de um Planejamento Estratégico que a companhia tem até 2010. Recentemente, nós conseguimos um financiamento



“Do que está previsto no PAC, 60% já estão em obra. O restante deve começar até março. Todos os nossos projetos estão caminhando bem.”

com o BNDES, através de emissão de debêntures para dar suporte à execução do plano. Esse plano é composto por 32 grandes projetos que precisam ser executados para que a Empresa possa atingir os indicadores que queremos.

Esses recursos, que devem estar disponíveis no mês que vem, abrangem uma série de projetos fundamentais para a Empresa. Estão previstos uma nova plataforma de TI, um ERP (sistema de gestão integrada) já contratado, um sistema de automação da operação, um sistema de controle e

gestão e a reestruturação do sistema de informação da Compesa. Os recursos serão utilizados para modernizar a macromedição e a micromedição da companhia. Com isso, o plano estratégico vai ganhar ritmo.

Como a maioria dos projetos iniciados em 2007 pegou ritmo no segundo semestre do ano passado, os resultados ainda não apareceram de forma significativa. Mas já houve melhoria em algumas áreas. Em 2007, crescemos 11% no faturamento, ou seja, nós evoluímos o dobro de crescimento da economia. A nossa perspectiva é que, nos próximos dez anos, cresçamos a uma taxa da ordem de 10%.

Os investimentos estão sendo fundamentais à modernização da Compesa. Quais as perspectivas com relação à revitalização.

A Compesa faturou em 2007, R\$ 610 milhões. Mas, ela tem um potencial de receita da ordem de R\$ 1 bilhão. O que nós precisamos, de fato, é ampliar os investimentos. E nesse sentido, a Compesa está vivendo um momento extraordinário. Os governos federal e estadual estão alocando recursos significativos para investimentos em água e esgotos, para um programa de investimento até 2010, superior a R\$ 1 bi. Esses investimentos se somam a um esforço de melhoria de gestão, redundando em melhoria



As Principais Ações para a Revitalização

O Sistema Pirapama, um projeto elaborado há pelo menos vinte anos e que agora ganha ritmo, consiste na implantação de mais de 300 mil metros de adutoras e sub-adutoras, na construção de uma estação elevatória e de uma Estação de Tratamento de Água com operação totalmente automatizada e a ampliação dos reservatórios do Cabo e de Ponte dos Carvalhos e construção do reservatório de Jordão, além da implantação de 42 quilômetros de rede distribuidora.

O Pirapama vai proporcionar 48% de aumento na produção de água da região Metropolitana de Recife e beneficiará 3,5 milhões de habitantes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Jaboatão do Guararapes, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.

de receita e da qualidade dos serviços. Como boa parte desses recursos são orçamentários, haverá possibilidade de uma alavancagem muito grande na empresa.

Os cortes realizados no PAC Saneamento atingiram os recursos previstos para o Estado?

Esses cortes não atingiram em nada Pernambuco, muito menos o programa de obras da empresa. Para a Compesa, estão previstos R\$ 864 milhões do PAC, parte disso para o Pirapama, cerca de R\$ 137 milhões do OGU. O restante, R\$ 200 milhões, é financiado por outras fontes e instituições, do tipo Pró-Água e Funasa.

O que a execução do Pirapama representa?

Em relação a outras regiões metropolitanas de porte semelhante, a região do grande Recife é a mais problemática com relação ao abastecimento de água. Há 20 anos, o racionamento acontece dia sim e dia não. Então, não é só pelo tamanho da obra, mas pelo o que ela significa. É uma obra que foi planejada em 1988, que dizer, nós estamos executando a obra 20 anos depois. Nesses 20 anos, nós só tivemos redução na oferta de água, porque a população vai crescendo e a oferta não aumenta. Do que está previsto no PAC, 60% já estão em obra. O restante deve começar até março. Todos os nossos projetos estão caminhando bem.

Como a Compesa pretende ampliar a cobertura de esgoto do Estado?

O que estamos imaginando são PPPs. Nesse modelo, a Compesa seria sócia minoritária da Sociedade de Propósito Específico (SPE) que se responsabilizará pela alocação dos recursos e gerenciará o empreendimento. Deveremos, para julho ou agosto do próximo ano, concluir alguns estudos, bastante avançados, que dê para sugerir o modelo de PPP que poderemos adotar. É um plano de investimento estimado em R\$ 1 bilhão, a ser aplicado em 12 anos. Não é nada que não possa ser feito. É a ordem de R\$ 100 milhões por ano.



Fotos: Hilton Leão

Revitalização e melhorias

Combate às perdas e inadimplência dão resultados positivos na Companhia

Para revitalizar a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) foram intensificadas as iniciativas de implementação do Planejamento Estratégico, desenhado para ser cumprido até dezembro de 2010. Os

resultados dessa ação logo começaram a aparecer. Em 2007, a companhia apresentou um crescimento acumulado no faturamento líquido 10% superior ao mesmo período do ano anterior. Isso representa um faturamento de R\$ 610 milhões contra R\$ 550,8 milhões registrados em 2006. Essa melhoria foi obtida, em grande parte, devido às iniciativas que priorizaram o combate à inadimplência e às perdas, tanto comerciais quanto físicas. De acordo com o diretor Comercial da Compesa, Décio Padilha (foto), esses problemas estavam deteriorando aos poucos a companhia. Três grandes ações foram tomadas: negativação de clientes em débito, cortes dos serviços a órgãos públicos e combate às fraudes. Essas ações começaram ser implementadas no se-

gundo semestre de 2007 e os resultados apresentados no último trimestre do mesmo ano. Após a realização das iniciativas, o índice de inadimplência da empresa subiu de 80%, no mês de outubro do ano passado, para 96,6%, em dezembro do mesmo ano. A mudança de postura adotada na cobrança aos clientes foi fundamental na obtenção desse resultado. “O lema estabelecido para 2007 foi tratar todos os clientes de modo igual, observando os direitos e obrigações conforme a legislação exige”, explica Décio. Essa atitude gerou um fato inédito na história da companhia: o corte de serviços para órgãos públicos. Em outubro de 2007, a Compesa apresentava uma carteira de clientes públicos com débito de R\$ 67,1 milhões. Desse total, R\$ 4 milhões eram referentes aos órgãos federais, R\$ 18 milhões de órgãos do Estado e R\$ 45,1 milhões dos Municípios. Para a reversão desse quadro, a companhia realizou cortes de fornecimento em oito órgãos federais, 9 instituições da administração direta e indireta e em 35 prefeituras. O efeito foi imediato. Dos órgãos cortados, dois ainda não se regularizaram. Contudo, a arrecadação registrada em dezembro de 2007 foi 10,4% superior à do mesmo período de 2006.



Fotos: Divulgação Compesa

Perdas físicas

Para evitar as perdas físicas, outro grave problema da Compesa, foi desenvolvido o Projeto D-30. O experimento foi realizado num distrito formado pelos bairros de Curado, São Martin, Jiquiá, Torrões e Mangueira. No local, foram aplicadas cinco ações integradas que auxiliam o controle das perdas físicas: setorização, macromedição, micromedição, controle da pressão e pesquisa de vazamento. No início do projeto, em setembro de 2006, o índice de perdas no distrito representava 60,9%. Ao final, esse índice foi reduzido para 43,4%.

Os resultados alcançados motivaram a diretoria da Compesa a ampliar a aplicação do experimento às áreas controladas pelos cinco maiores escritórios regionais operados pela Compesa: Aurora, Cabanga, Dois Irmãos, Cabo e Alto do Céu. Para isso, serão empregados na ampliação do projeto R\$ 25 milhões. As obras para a extensão do projeto já estão em fase licitatória.

Compromisso da empresa

As ações de revitalização da Compesa estão diretamente ligadas às metas estabelecidas pelo Estado para o cumprimento da universalização dos serviços. O compromisso fixado pelo governo estadual prevê a universalização do acesso à água nos próximos oito anos e esgotamento sanitário nos próximos doze anos. "O governador assumiu essa responsabilidade perante a sociedade e delegou o compromisso à companhia", diz o diretor.

A difícil tarefa está sendo encarada com otimismo, dada a fase de investimentos vivenciada pela companhia. Os recursos permitirão a implementação das 32 ações previstas no planejamento estratégico da empresa, o que viabilizará a melhoria da qualidade e ampliação dos serviços prestados à população do Estado.

Negativação de clientes em débito

O índice de inadimplência se apresentava em maior proporção entre os clientes comerciais e órgãos públicos. Em outubro de 2007, a Compesa iniciou um programa de negativação de grandes consumidores, que contou com a adoção de instrumentos de cobranças como SPC e Serasa. A ação trouxe de imediato para o caixa da companhia R\$ 1,3 milhão referentes à regularização de 26 clientes.

Cortes dos serviços a órgão públicos

Em outubro de 2007, a carteira de clientes públicos em débito com a Compesa somava R\$ 67,1 milhões. A iniciativa elevou a participação desse segmento na arrecadação da Compesa. Em dezembro de 2007, dos R\$ 49,7 milhões arrecadados, R\$ 6,7 milhões eram oriundos de pagamentos dos órgãos públicos. No mesmo período em 2006, a arrecadação total foi de 45 milhões, sendo 3,2 milhões dos órgãos públicos.

Combate às fraudes

A companhia está reduzindo esse problema com programas de combate às fraudes e instalação e substituição de hidrômetros. Numa operação voltada aos clientes suprimidos (retirados do sistema de distribuição de água e/ou coleta de esgoto devido a atrasos) e aos clientes com serviços suspensos foi constatado que de 20.519 imóveis visitados, 44,6% continham ligações clandestinas de água.

Os "gatos" flagrados foram desfeitos e deram lugar a ligações regulares.

Mais 456 mil baianos têm água tratada

Abastecimento cresce 4,9% e esgotamento sanitário 8,7%

Em 2007, mais 456 mil baianos passaram a ser atendidos com fornecimento de água no Estado, 4,9% a mais do que 2006. E mais 227 mil pessoas são atendidas por coleta de esgoto, um incremento de 8,7%. Durante o ano, foram alocados um total de R\$ 54,7 milhões para a implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário na capital e interior do estado.

Foram concluídas 103 mil ligações de água e 43 mil ligações domiciliares de esgoto resultado da política de ampliação dos serviços de saneamento nos municípios e localidades atendidas pela Embasa, empresa da Secretaria do Desenvolvimento Urbano do Estado. Foram priorizadas áreas críticas em 12 bacias da capital.

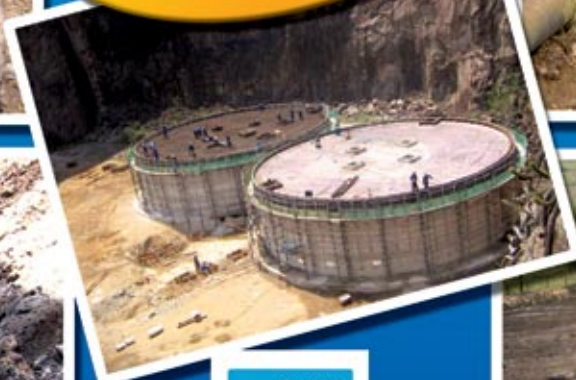
No interior, cerca de R\$ 60 milhões serão investidos no sistema de esgotamento sanitário em Camaçari, cujas obras serão iniciadas em breve. O funcionamento do sistema beneficiará 170 mil habitantes da sede do município e contribuirá para a despoluição do rio Joanes, manancial responsável por 30% do abastecimento de água de Salvador e Região Metropolitana.

Serão implantadas 171 mil metros de rede coletora convencional, 120 mil metros de rede condominial e 17 mil metros de ramais prediais para atender cerca de 17,5 mil ligações domiciliares. Os esgotos coletados serão tratados pela Cetrel e levados ao mar via emissário submarino.

Em Vitória da Conquista, o sistema de esgotamento sanitário será ampliado, aproximando a cobertura em esgotamento para 100%, beneficiando cerca de 240 mil pessoas.

O efluente tratado, livre de toda carga orgânica e de elementos patogênicos (bactérias e vírus), vai ser lançado nos rios São Pedro (Bacia Oeste) e Verruga (Bacia Leste).

PROGRAMA
ÁGUAS
LIMPAS



O Programa Águas Limpas, em execução no Espírito Santo, prevê ampliação da cobertura dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário na Grande Vitória, até 2010.



Fotos: Divulgação Embasa

Presidente da Embasa, Abelardo Oliveira assina contrato no modelo PPP

Embasa consegue reduzir custos e assina novos termos de contrato no modelo de PPP

A Embasa assinou um dos primeiros contratos de parceria público e privado para a área de saneamento. Após revisão e negociação com o consórcio Jaguaribe, liderado pela construtora Odebrecht, a empresa baiana conseguiu diminuir o valor do contrato para a construção do novo emissário submarino de Salvador em 20%.

Os novos termos foram assinados pelo presidente da Embasa, Abelardo Oliveira, e os representantes das empresas que vão executar a obra. O investimento, cujo valor caiu de R\$ 738,59 milhões para R\$ 619,46 milhões, tem até seis meses para ser iniciado e terá dois anos para ser concluído.

O consórcio, além de construir o sistema de disposição oceânica do Jaguaribe, do qual faz parte o emissário submarino da Boca do Rio e uma estação de condicionamento prévio, vai operar e explorar esse sistema por 18 anos, período em que a Embasa pagará às empresas contraprestações mensais no valor de R\$ 3,385 milhões. Antes da revisão do contrato, as contraprestações estavam orçadas em R\$ 4,036 milhões. Além da diminuição de R\$ 651 mil mensais

no valor das contraprestações, 73 cláusulas foram reeditadas visando o aperfeiçoamento do texto e a redefinição das relações de obrigação entre as partes.

Segundo o presidente da Embasa, Abelardo Oliveira, o novo emissário vem atender as novas demandas do sistema de esgotamento de Salvador representadas pela implantação de três novas bacias (Trobogy, Águas Claras e Cambunas) com recursos da ordem de R\$ 110 milhões disponibilizados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC para o saneamento.

Além da implantação de novas bacias, a Embasa terminou o ano com mais 40 mil ligações domiciliares executadas, ampliando a cobertura de esgotamento para 74% e, em 2008, concluirá 64 mil novas

ligações domiciliares, ampliando a cobertura para 80%. Recursos do PAC, da ordem de R\$ 78 milhões, ainda estão previstos para obras de adensamento (implantação de ramais para coleta de esgoto e ligações domiciliares) em várias bacias de esgotamento de Salvador, contribuindo desta forma para a despoluição dos rios urbanos da capital.

Com os recursos disponibilizados pelo Governo Federal, Governo do Estado e pela Embasa para o esgotamento sanitário de Salvador, cujo montante é de R\$ 213 milhões, a capital baiana chegará em 2012 com 96% de cobertura e será a capital brasileira com maior índice de coleta e tratamento de esgoto do País. O contrato da Embasa está disponível no site www.aesbe.org.br

Saneamento.com Navegar é Preciso

As várias opções oferecidas ao usuário da WEB quando o tema é Saneamento Básico



CHUÁ: um Show de aprendizagem!

Copasa – www.copasa.com.br

Associar aprendizado à diversão foi a forma encontrada pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) para transmitir a crianças e adolescentes informações relativas aos temas Saneamento Básico e Meio Ambiente. Por meio do jogo Show Chuá, aprende-se brincando sobre temas que abrangem educação sanitária e ambiental.

O jogador responde um total de 10 perguntas a cada partida. Estas são divididas em fases que vão de fácil a difícil, tornando a brincadeira mais empolgante a cada etapa. O jogo é destinado aos estudantes do ensino fundamental, mas é também um ótimo exercício para aqueles que queiram testar seus conhecimentos. Encare esse desafio!

Acesso “sem fio” agiliza solicitação de serviços Caesb - www.caesb.df.gov.br

Os usuários da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) já estão usufruindo de mais agilidade no acesso às informações sobre os serviços prestados pela empresa. Por meio do celular, o cliente pode solicitar de qualquer lugar do País, ou mesmo do exterior, a 2ª via da conta de água, serviços de religação, vistoria e autoleitura. Para isso, o usuário deve dispor de celular que tenha acesso à Internet.



A Caesb não cobra pelo serviço, que utiliza a tecnologia WAP (Wireless Application Protocol ou Protocolo de Aplicação Sem Fio), desenvolvido para aplicações WEB utilizadas em aparelhos móveis, como celulares e palmtops. Para configurar o Caesb WAP no celular, é necessário observar às instruções dispostas no site da empresa.

Está no Guinness Book Cedae – www.cedae.rj.gov.br

A nova edição do Guinness Book, em circulação neste ano, traz uma importante referência para o setor de saneamento básico nacional. A Estação de Tratamento de Água (ETA) Guandu, pertencente à Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), recebeu o título de maior ETA do mundo em vazão. Localizada no Estado do Rio de Janeiro, a Guandu tem vazão de 43 mil litros por segundo e abastece 9 milhões de pessoas em oito cidades do Estado, incluindo a capital.



Em 2008, a ETA continuará expandindo sua produção e ampliará sua capacidade em 30%, beneficiando mais três milhões de pessoas. Outras informações sobre este recorde nacional podem ser obtidas no site da Cedae.

A História da Energia e do Saneamento brasileiro Fundação Energia e Saneamento www.fphesp.org.br



Conhecer a origem da prestação dos serviços de energia e saneamento no Brasil é fundamental ao entendimento dos processos de urbanização e industrialização ainda em andamento no País. A fim de preservar e promover a memória desses setores, a Fundação Energia e Saneamento realiza uma série de projetos culturais que contribuem para a democratização do conhecimento sobre a história do desenvolvimento nacional.

Em 2008, a Fundação Energia e Saneamento está desenvolvendo o projeto museológico e arquitetônico para o restauro e tombamento como patrimônio histórico do Estado de São Paulo do edifício que abriga a antiga Usina de Tratamento de Ponte Pequena, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). O Projeto prevê a criação do Museu de Saneamento de São Paulo. Mais informações sobre esta e outras ações da fundação podem ser obtidas no site da organização ou pelo telefone (11) 3333-5600 r. 221 ou projetos.arquivo@fphesp.org.br (falar com Márcia Pazin).



ESTAMOS TRAZENDO DE VOLTA A QUALIDADE DAS ÁGUAS DA BAHIA PARA SEU ANTÔNIO E MAIS 4,5 MILHÕES DE BAIANOS.

O Governo Baiano está investindo R\$ 803 milhões em esgotamento sanitário para melhor qualidade dos mananciais e da Baía de Todos os Santos.

Recursos do Programa de Aceleração do Crescimento serão aplicados na ampliação e implantação de novas redes de esgoto em Salvador e nas maiores cidades do Estado. A prioridade é atender áreas carentes, beneficiando 4,5 milhões de baianos com melhores condições ambientais, de saúde e habitação. Esse investimento vai melhorar a situação dos rios que cortam 21 municípios, entre eles 16 rios que desembocam na Baía de Todos os Santos. Através de parcerias como esta, com o Governo Federal, o Governo da Bahia viabiliza obras importantes para o meio ambiente e para o povo baiano.



Secretaria de
Desenvolvimento Urbano



SBN - Quadra 01 - Bloco B - Edifício CNC - Sala 201 - CEP: 70041-902 - Brasília-DF
Tel/Fax.: (61) 3326-4888
www.aesbe.org.br